



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026**

O **MUNICÍPIO DE SABÁUDIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.958.974/0001-44, com sede na Praça da Bandeira, 47, Centro, Sabáudia, Estado do Paraná, através Senhor Prefeito **EDSON HUGO MANUEIRA**, torna público a realização de Procedimento Licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, cujo critério de julgamento será **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, com modo de disputa **ABERTO**, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 2.021, pelos Decretos Municipais nºs 80, 81, 82 e 83, todos de 2023, suas alterações e demais legislações aplicáveis e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos, além da pasta técnica.

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data da sessão: **30 de março de 2026**

Horário: **09h:00min**

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br

Unidade Compradora (UASG): **987831**

O recebimento das propostas, abertura, disputa de preços e envio dos documentos de habilitação será exclusivamente por meio do endereço eletrônico citado acima, sendo que as propostas ajustadas e os documentos de habilitação serão solicitados dos vencedores pelo(a) Agente de Contratação no momento oportuno em sessão.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Processo Licitatório é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, MEIO-FIO DE CONCRETO EXTRUSADO, SUB-BASE E BASE DE BRITA GRADUADA, IMPRIMAÇÃO ASFÁLTICA, CAMADA DE ASSENTAMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DAS PEÇAS DE CONCRETO, CONTROLE TECNOLÓGICO E DEMAIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES, NA ESTRADA MUNICIPAL VALDIR RIBEIRO, SITUADA NO PERÍMETRO RURAL DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA/PR, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 808/2025 - SEAB**, nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos, além da pasta técnica.

1.2. A licitação será disputada pelo valor **GLOBAL**, conforme tabela constante no Termo de Referência.

1.3. O edital e seus anexos poderão ser obtidos por meio da Internet pelos endereços eletrônicos cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras informando a UNIDADE COMPRADORA nº **987831** (código UASG) e o NÚMERO DA COMPRA (Nº e ano da Concorrência Eletrônica) ou pelo site do município www.sabaudia.pr.gov.br, link de Licitação, Portal - Licitações.

1.4. **NO CASO DE DIVERGÊNCIA NA DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS CONTIDAS NESTE EDITAL COM A DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS UTILIZADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, DEVE-SE ADOPTAR A DESCRIÇÃO CONTIDA NESTE EDITAL, MAIS ESPECIFICAMENTE NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

1.5. Informações Administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (43) 3151-1122.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação quaisquer interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.1.1. As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar da presente Licitação, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: www.gov.br/compras/pt-br, Sistema “SICAF” até o terceiro dia útil a data do recebimento das propostas.

2.1.2. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRAS.GOV.BR, no ato da abertura da Concorrência Eletrônica.

2.2. A presente licitação é de participação **AMPLA CONCORRÊNCIA**, considerando que o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006 prevê a separação de cota apenas quando da aquisição de bens de natureza divisível e não de serviços.

2.2.1. Considerando o valor estimado da contratação, a complexidade técnica, operacional e financeira da obra, bem como a necessidade de execução integrada, contínua e com elevado grau de responsabilidade técnica, não se aplica o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 para microempresas e empresas de pequeno porte.

2.2.2. A aplicação dos benefícios previstos na referida Lei Complementar, tais como exclusividade, subcontratação compulsória ou preferência de contratação, mostra-se incompatível com a natureza do objeto, podendo comprometer a adequada execução da obra, a gestão dos riscos contratuais, o cumprimento dos prazos e a segurança da infraestrutura a ser implantada.

2.2.3. Ademais, a adoção do regime de empreitada por preço global, aliada à exigência de qualificação técnica e econômico-financeira compatível com a magnitude do empreendimento, demanda capacidade operacional plena, o que justifica, de forma motivada, a não aplicação do tratamento diferenciado, em observância aos princípios da eficiência, da segurança da contratação e do interesse público.

2.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.3.2. Que não atendem às condições deste Edital e seus Anexos;

2.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.4. Enquadradas nas disposições no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

2.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

2.4. É vedada a participação, neste certame, de pessoa física ou jurídica na qual haja administrador ou sócio que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, IV da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

3. DA VISTORIA

3.1 É facultado à licitante interessada em participar desta licitação, mediante prévio agendamento junto ao Departamento de Engenharia, realizar vistoria técnica, **com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis**, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

3.1.1 A vistoria deverá ser agendada de segunda, terça ou quarta-feira, no horário das 13h às 17h, com os Engenheiros Municipais, **Jorge Luís Augusto Almada** ou **Luiz Garcia de Lemos**.

3.1.2 Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.3. A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

3.1.3.1 A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.3.2. Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item “3.1.3”, não será executada a vistoria.

3.2 Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pelo Departamento de Engenharia, conforme **Anexo V**.

3.3 Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta do presente edital.

3.4 O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implicará inabilitação do licitante, nos termos do §2º, artigo 63, da Lei n.º 14.133/2021.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência Eletrônica, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência Eletrônica.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

5. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **PREÇO GLOBAL**.

5.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

5.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

5.4. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

5.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.5.1. Condições de participação:

5.5.1.1. Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

5.5.1.2. Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

5.5.2. Declarações para fins de habilitação:

5.5.2.1. Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

5.5.2.2. Inexiste impedimento a minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

5.5.2.3. Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.5.2.4. Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5.5.2.5. Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 que proíbe o trabalho noturno perigoso ou Insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

5.5.3. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

5.5.3.1. Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

5.5.3.2. Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

5.5.4. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

5.5.4.1. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.9. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta cadastrada no sistema;

5.10. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.11. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública desta Concorrência Eletrônica, conduzida pelo(a) Agente de Contratação, ocorrerá no local, na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre do(a) Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

6.3. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail pregoeiro@sabaudia.pr.gov.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o(a) Agente de Contratação registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

6.4. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.5. Se ocorrer a desconexão do(a) Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6. No caso de a desconexão do(a) Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Concorrência Eletrônica será suspensa automaticamente e terá reinício somente

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

6.7. O(A) Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

7. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A fase de lances desta Concorrência Eletrônica será processada pelo modo de disputa “**ABERTO**”.

7.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item “7.3”.

7.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11º da Lei nº 14.133/2021, o(a) Agente de Contratação poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

7.3.1. Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

7.3.2. Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

7.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

7.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o(a) Agente de Contratação apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item “7.3”.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL**.

8.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear à Administração qualquer alteração.

8.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem) reais**, para todos os itens.

8.6.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.7. Durante a etapa da fase de lances, o(a) Agente de Contratação poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.7.1. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do(a) Agente de Contratação não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.8. A etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 8.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.12. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.14. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte (caso haja), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.14.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.14.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.14.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.14.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.15.1. Empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.15.2. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.
- 8.15.3. **Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.**
- 8.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.16.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.17. Após a negociação do preço, o(a) Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 e seguintes do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;

9.1.3. Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE-PR;

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12, III da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.5. Constatada a existência de sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021, o(a) Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, o(a) Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo não inferior de **24 (vinte e quatro) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Agente de Contratação, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.3. Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal e do responsável técnico do proponente devidamente identificado.

9.4. **Deverá encaminhar junto com a proposta toda documentação exigida no item 12, alíneas 'a', 'b' e 'c' do Termo de Referência.**

9.5. Na proposta ajustada, o percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório.

9.6. O valor total de cada item indicado no orçamento detalhado deverá ser o produto da multiplicação do preço unitário pela respectiva quantidade.

9.7. É obrigatória a indicação do preço unitário (custo unitário + BDI).

9.8. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

9.9. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo(a) Agente de Contratação, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.10. A proposta será desclassificada quando:

9.10.1. As especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

9.10.2. Contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexecutabilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.11. O(A) Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.12. O(A) Agente de Contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.13. Havendo falhas na proposta, o(a) Agente de Contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2022.

9.14. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

9.15. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Agente de Contratação, que comprove:

9.15.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.15.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta

9.16. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: pregoeiro@sabaudia.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o(a) Agente de Contratação para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O(A) Agente de Contratação não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município, quanto do emissor.

9.16.1. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo estipulado pelo(a) Agente de Contratação, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço e documentos de habilitação, sendo realizado, pelo(a) Agente de Contratação, o registro da não aceitação da proposta.

9.16.1.1. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

9.17. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.18. Havendo necessidade, o(a) Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.19. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (caso haja), sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

9.20. Após o Julgamento da Proposta, sendo aceita, o(a) Agente de Contratação abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante participante do item/grupo poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso

9.21. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

10.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Para fins de habilitação jurídica, o(a) Agente de Contratação verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.3. A licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF:

10.4. Habilitação jurídica:

10.4.1. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.2. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.4.3. **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

10.4.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.4.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

10.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 10.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 10.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 10.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.5.5. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual** e/ou **Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.5.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** e **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda ou órgão equivalente relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - 10.5.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos **Estadual** ou **Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 10.5.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

10.6. Qualificação Econômico-Financeira:

- 10.6.1. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que compreve:
 - 10.6.1.1. Que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 683.167,91 (seiscentos e oitenta e três mil, cento e sessenta e sete reais, noventa e um centavos), ou seja, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
 - 10.6.1.2. Que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um), devendo apresentar os índices Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), conforme Declaração de Capacidade Financeira (**Anexo VII**):
 - 10.6.1.2.1. $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$
 - 10.6.1.2.2. $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$ e
 - 10.6.1.2.3. $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$
- 10.6.2. O balanço patrimonial poderá ser substituído pelo balanço de abertura, caso a empresa seja criadas no exercício financeiro desta licitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

10.6.3. Demonstrações financeiras do último exercício social (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados), já exigível. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.7. Qualificação Técnica:

a) Regularidade Profissional e da Empresa junto ao CREA/CAU

A licitante deverá comprovar:

I - Prova de inscrição ou registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos;

II - Prova de inscrição ou registro do Responsável Técnico da licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região onde a sede da licitante se localiza;

b) Qualificação Técnico-Profissional

A licitante deverá comprovar a disponibilidade de profissional(is) legalmente habilitado(s), nos termos do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão):

I – possuir atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras ou serviços de engenharia de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da contratação, comprobatórios da execução mínima de 40% (quarenta por cento) dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica e econômica, admitida a soma de atestados, limitada à apresentação de no máximo 3 (três) atestados por item, conforme os seguintes parâmetros mínimos:

- Pavimento com bloco intertravado de concreto (sextavado), espessura mínima de 8 cm: 12.551,52 m²;
- Base de brita graduada para pavimentação: 3.137,88 m³;
- Imprimação asfáltica impermeabilizante: 12.551,52 m²;
- Meio-fio de concreto tipo 3, executado com extrusora: 4.183,84 metros lineares.

II – todos os atestados apresentados pelo(s) profissional(is) deverão estar acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, devidamente emitidas e registradas no CREA e/ou CAU competente;

III – manter vínculo formal com a licitante na data da apresentação da proposta, comprovado por:

- contrato de trabalho (CLT);
- contrato de prestação de serviços técnicos;
- contrato social ou alteração contratual, no caso de sócio;
- outro documento juridicamente idôneo.

O vínculo exigido não implica exclusividade.

c) Qualificação Técnico-Operacional (Empresa)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

I - A licitante deverá comprovar capacidade técnico-operacional, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação de atestados de execução anterior de obras ou serviços de engenharia de complexidade equivalente ou superior.

II - Será exigida a execução mínima de 40% (quarenta por cento) dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica e econômica, admitida a soma de atestados, limitada à apresentação de no máximo 3 (três) atestados por item, **observados os mesmos quantitativos mínimos indicados na alínea “b”**.

III - Todos os atestados de capacidade técnica operacional apresentados pela licitante deverão estar acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) e/ou Certidões de Acervo Operacional (CAO), emitidas pelo CREA e/ou CAU competente, devidamente registradas e vinculadas à empresa, não sendo admitidos atestados desacompanhados das referidas certidões

10.7.1. Termo de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, observado o disposto nos subitens “3.2”, “3.3” e “3.4” deste edital;

10.8. Outras Comprovações:

10.8.1. Declaração Unificada (**Anexo IV**);

10.9. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo(a) Agente de Contratação, até a conclusão da fase de habilitação.

10.10. O prazo para envio dos documentos de que trata o item anterior é de, no máximo (02) duas horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.11. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo(a) Agente de Contratação.

10.12. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo(a) Agente de Contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.13. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

10.14. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o(a) Agente de Contratação, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

10.15. Encerrado o prazo para envio da documentação poderão ser admitidas, mediante decisão fundamentada do(a) Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

10.15.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame (em aplicação ao entendimento esposado pelo TCU no acórdão 1211/2021);

10.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.15.3. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 10.15.4. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item “10.9” e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 10.16. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.
- 10.16.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail pregoeiro@sabaudia.pr.gov.br, devendo o(a) Agente de Contratação, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.
- 10.16.2. O prazo para envio dos documentos é de, no máximo 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.
- 10.16.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo(a) Agente de Contratação.
- 10.16.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo(a) Agente de Contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.
- 10.17. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.
- 10.17.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 10.17.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.
- 10.17.3. Para fins de verificação das condições de habilitação, o(a) Agente de Contratação poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.
- 10.18. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 10.18.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;
- 10.18.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 10.19. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 90 (noventa) dias corridos.
- 10.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da lavratura do Relatório de Julgamento.

11.2.2. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.2.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.2.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. A contratada deverá apresentar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a vigência do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 14.2. Caberá a licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 14.2.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
 - 14.2.2. Seguro-Garantia;
 - 14.2.3. Fiança Bancária;
- 14.3. A Garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 14.4. A licitante vencedora obriga-se a providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da homologação do Processo e antes da assinatura do Contrato, a Garantia na forma disposta no item. A não apresentação dos documentos no prazo aqui estabelecido caracteriza infração, sujeitando à empresa vencedora as penalidades previstas no presente instrumento, a critério do Município.
- 14.5. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços.
- 14.6. A não apresentação dos documentos no prazo aqui estabelecido caracteriza infração, sujeitando à empresa vencedora as penalidades previstas no presente instrumento, a critério do Município.

15. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

- 15.1. Homologado o resultado da licitação e recebido a Garantia de Execução, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, a qual poderá ser por meio de correio eletrônico ou qualquer outro meio a critério do Município, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.1.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 15.2. A licitante vencedora deverá apresentar, como condição para a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, abrangendo todos os serviços contratados.
- 15.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), conforme o contrato social e, na hipótese de nomeação de procurador, deverá o respectivo instrumento ser apresentado juntamente com documento oficial de identidade com fotografia do representante, atendidas as exigências do subitem “15.1”.
- 15.4. A adjudicatária que se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Administração, a assinar o Contrato, dentro do prazo previsto no item “15.1” ou item “15.1.1”, caracterizando o descumprimento total da obrigação, ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação cujo preço foi registrado, além das demais sanções cabíveis e previstas no Artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.5. No caso de o fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, a Administração, nos termos do art. 90, §2º e seguintes da Lei 14.133/2021, na ordem de classificação, poderá convocar os licitantes remanescentes.
- 15.6. No caso de o fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, a Administração registrará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

16. DA GESTÃO DO CONTRATO

- 16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 16.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 16.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 16.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 16.7. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 16.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 16.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 16.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 16.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

17. DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 162/2025 o contratado que:
- 17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 17.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 17.1.5. fraudar a licitação;
 - 17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 17.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 17.1.8. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013.
- 17.2. Constituem comportamentos que serão enquadrados no item “17.1.1”, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:
- 17.2.1. deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
 - 17.2.2. entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
 - 17.2.3. fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
 - 17.2.4. deixar de entregar documentação complementar exigida pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.
- 17.3. Constituem comportamentos que serão enquadrados no item “17.1.2”, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:
- 17.3.1. deixar de atender a convocações do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
 - 17.3.2. deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a);
 - 17.3.3. abandonar o certame;
 - 17.3.4. solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.
- 17.4. Considera-se a conduta do item “17.1.5” como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro Agentes Públicos Municipais, com exceção da conduta disposta no item “17.1.4”.
- 17.5. Considera-se a conduta do item “17.1.6” como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.
- 17.6. As infrações administrativas somente são punidas quando consumadas.
- 17.7. Serão aplicadas ao licitante que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções administrativas:
- 17.7.1. advertência;
 - 17.7.2. multa;
 - 17.7.3. impedimento de licitar e contratar;
 - 17.7.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 17.8. As sanções previstas na alínea “17.7” serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 162/2025 quando a licitante ou a contratada:
- 17.8.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 60 (sessenta) dias;
 - 17.8.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 90 (noventa) dias;
 - 17.8.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 120 (cento e vinte) dias;
 - 17.8.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 120 (cento e vinte) dias.
- 17.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens “17.1.4”, “17.1.5”, “17.1.6”, “17.1.7” e “17.1.8”, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens “17.1.1”, “17.1.2” e “17.1.3” do referido artigo que justifiquem a

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

imposição de penalidade mais grave que as sanções previstas nos itens “17.8.1”, “17.8.2”, “17.8.3” e “17.8.4”, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta de todos os Entes Federativos, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses e máximo de 72 (setenta e dois) meses.

17.10. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.

17.11. No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013, a que se refere o inciso XII do Art. 3º, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei.

17.12. A aplicação das sanções previstas na alínea “17.7” não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município.

17.13. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa.

17.14. A multa imposta ao licitante, se não disposta de forma diferente, poderá ser:

17.14.1. de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

17.14.1.1. até 30% (trinta por cento) sobre o valor da licitação, pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

17.15. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Capítulo VI do Decreto Municipal n° 162/2025.

17.16. Na aplicação das sanções, deverão ser observadas as seguintes circunstâncias:

17.16.1. proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

17.16.2. danos resultantes da infração;

17.16.3. situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

17.16.4. reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior;

17.16.5. circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

17.17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Decreto e na Lei Federal n.º 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado (art. 39, Decreto Municipal n° 162/2025).

17.18. As penalidades impostas, como a de impedimento de licitar e contratar com o Município e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar, devem, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, serem comunicadas/registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Município. (Parágrafo único do artigo n° 44 do Decreto Municipal n° 162/2025).

17.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 40 do Decreto Municipal n° 162/2025.

17.20. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n° 26, de 13 de abril de 2022 e do art. 13 do Decreto Municipal n° 162/2025.

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

18. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual:

18.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

18.2.1. PRÁTICA CORRUPTA: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do Contrato;

18.2.2. PRÁTICA FRAUDULENTA: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução do Contrato;

18.2.3. PRÁTICA COLUSIVA: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

18.2.4. PRÁTICA COERCITIVA: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou a sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

18.2.5. PRÁTICA OBSTRUTIVA:

18.2.5.1. Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, neste Edital;

18.2.5.2. Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

18.2.5.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo;

18.2.5.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e a execução do contrato.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação à presente CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

19.2. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser realizado por forma eletrônica, pelo e-mail (pregoeiro@sabaudia.pr.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça da Bandeira, nº47, Centro, Sabáudia/PR, no Setor de Protocolo.

19.3. Caberá ao(à) Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação ou o pedido de esclarecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

contados da data de recebimento da impugnação limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

19.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, caso necessário.

19.6. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Da sessão pública da Concorrência Eletrônica divulgar-se-á Relatório de Julgamento no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Agente de Contratação.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.11.1. Anexo I – Termo de referência;

20.11.2. Anexo II – Modelo de proposta de preços;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 20.11.3. Anexo III – Minuta do Contrato;
- 20.11.4. Anexo IV – Declaração Unificada;
- 20.11.5. Anexo V – Termo de Vistoria;
- 20.11.6. Anexo VI – Declaração de Dispensa de Vistoria;
- 20.11.7. Anexo VII – Declaração de Capacidade Financeira;

Prefeitura do Município de Sabáudia, 12 de março de 2026.

EDSON HUGO MANUEIRA
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°. 001/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Fundamentação Legal: Art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, PRAZO E VALOR ESTIMADO

1.1 Objeto

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, MEIO-FIO DE CONCRETO EXTRUSADO, SUB-BASE E BASE DE BRITA GRADUADA, IMPRIMAÇÃO ASFÁLTICA, CAMADA DE ASSENTAMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DAS PEÇAS DE CONCRETO, CONTROLE TECNOLÓGICO E DEMAIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES, NA ESTRADA MUNICIPAL VALDIR RIBEIRO, SITUADA NO PERÍMETRO RURAL DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA/PR, conforme projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e demais documentos técnicos que integram este Termo de Referência.

Local do objeto (obra)	Objeto	Valor Total Máximo da Obra	Valor Total da Proposta
Estrada Municipal Valdir Ribeiro	Pavimentação em blocos de concreto pré-moldados sextavados, compreendendo a execução de serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, meio-fio de concreto extrusado, sub-base e base de brita graduada, imprimação asfáltica, camada de assentamento, assentamento e rejuntamento das peças de concreto, controle tecnológico e demais serviços complementares	R\$ 6.831.679,13	R\$ 6.831.679,13

1.2 Valor Estimado

O valor estimado da contratação corresponde a **R\$ 6.831.679,13 (seis milhões, oitocentos e trinta e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e treze centavos)**, conforme planilha orçamentária e demais elementos técnicos aprovados, que integra este Termo de Referência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

1.3 Prazo de Execução e Vigência

O prazo máximo para execução da obra será de **12 (doze) meses**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

O prazo de vigência do contrato será de **18 (dezoito) meses**, contados da data de sua assinatura, admitidas as prorrogações legais.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre de necessidade identificada no âmbito da política pública municipal voltada à infraestrutura viária rural, acompanhada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Obras, a partir das demandas recorrentes da comunidade rural local, em especial dos agricultores e moradores da Comunidade Pirapó, considerando que o trecho final da Estrada Municipal Valdir Ribeiro, embora adequadamente conservado, permanece em leito natural/cascalhado, o que implica manutenção periódica, maior custo operacional e limitações de desempenho viário ao longo do tempo.

A intervenção insere-se no contexto da execução do **Termo de Convênio nº 808/2025**, celebrado entre o Município de Sabáudia/PR e o Estado do Paraná, por intermédio da **Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB**, com recursos do Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP, no âmbito do Programa Estradas da Integração, instituído pelo Decreto Estadual nº 6.515/2012 – “Estrada Boa”, cuja finalidade é a melhoria da infraestrutura viária rural e o fortalecimento da atividade agropecuária.

O objeto visa à execução de obra de pavimentação do trecho final da Estrada Municipal Valdir Ribeiro, situada no perímetro rural do Município de Sabáudia/PR. Ressalta-se que os demais trechos da referida estrada já se encontram pavimentados, permanecendo apenas o segmento final em leito natural/cascalhado, o que gera descontinuidade da infraestrutura viária.

A estrada em questão constitui a única ligação viária da Comunidade Pirapó com a sede do Município de Sabáudia, sendo fundamental para o escoamento da produção agropecuária, transporte escolar, deslocamento da população local e acesso a serviços públicos essenciais.

Ressalta-se, ainda, que o trecho objeto da intervenção finda na Ponte sobre o Rio Pirapó, a qual estabelece a divisa territorial entre os Municípios de Sabáudia e Mandaguari, possibilitando, por meio de estrada municipal pertencente àquele município, o acesso direto à sede do Município de Mandaguari. Dessa forma, a via não atende apenas à mobilidade interna, mas desempenha também função de conectividade intermunicipal, ampliando a integração regional e reforçando a relevância estratégica da pavimentação proposta.

Embora o trecho atualmente cascalhado seja objeto de manutenção regular, a sua condição estrutural demanda intervenções periódicas, especialmente em períodos chuvosos, gerando custos recorrentes à Administração e impactando a eficiência do sistema viário rural ao longo do tempo.

Diante desse contexto, a pavimentação do trecho remanescente mostra-se necessária, adequada e proporcional, com vistas à conclusão integral da via, à redução de custos de manutenção, à melhoria



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

das condições de tráfego, ao fortalecimento da integração regional e ao atendimento do interesse público, em estrita observância às diretrizes do convênio celebrado.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO / MODALIDADE DE LICITAÇÃO / SISTEMA DE LICITAÇÃO

A modalidade adotada deverá ser a Concorrência, sob a forma ELETRÔNICA, por se tratar de obra comum de engenharia, cujo critério de julgamento adotado para escolher a proposta vencedora será o MENOR PREÇO.

3.1 Regime de Execução

A obra será executada sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Portanto, será considerada vencedora do certame a licitante que, após a análise da proposta de preço e dos documentos de habilitação, atendidas as exigências do edital, houver ofertado o menor preço.

O regime de empreitada por preço global é adotado devido à definição de um valor fixo e total, baseado em projetos detalhados e etapas previamente estabelecidas no cronograma físico-financeiro.

4. TRATAMENTO DIFERENCIADO

4.1 Não Parcelamento da Contratação

A presente contratação não será parcelada, tendo em vista a natureza do objeto, a necessidade de execução integrada e contínua dos serviços, a adoção do regime de empreitada por preço global e a conveniência técnica e administrativa de se manter a unidade de responsabilidade pela execução da obra.

4.2 Não Aplicação do Tratamento Diferenciado para ME/EPP

Considerando o valor estimado da contratação, a complexidade técnica, operacional e financeira da obra, bem como a necessidade de execução integrada, contínua e com elevado grau de responsabilidade técnica, não se aplica o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 para microempresas e empresas de pequeno porte.

A aplicação dos benefícios previstos na referida Lei Complementar, tais como exclusividade, subcontratação compulsória ou preferência de contratação, mostra-se incompatível com a natureza do objeto, podendo comprometer a adequada execução da obra, a gestão dos riscos contratuais, o cumprimento dos prazos e a segurança da infraestrutura a ser implantada.

Ademais, a adoção do regime de empreitada por preço global, aliada à exigência de qualificação técnica e econômico-financeira compatível com a magnitude do empreendimento, demanda capacidade operacional plena, o que justifica, de forma motivada, a não aplicação do tratamento



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

diferenciado, em observância aos princípios da eficiência, da segurança da contratação e do interesse público.

5. EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1 Execução dos Serviços

Os serviços, objeto desta contratação, deverão ser executados no local da obra, na Estrada Municipal Valdir Ribeiro, no Município de Sabáudia/PR, conforme os documentos técnicos que integram este Termo de Referência, iniciando-se em até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço pela Administração.

A execução dos serviços deverá ocorrer de acordo com os projetos e especificações que compõem a pasta técnica, observada a sequência técnica prevista no memorial descritivo, sendo vedada qualquer alteração no método construtivo, nos materiais ou nas especificações técnicas, sem prévia e expressa autorização da fiscalização.

A execução da obra deverá obedecer rigorosamente:

- ✓ ao Memorial Descritivo aprovado;
- ✓ às especificações técnicas do DER/PR, do DNIT e às normas da ABNT, em especial a NBR 9781;
- ✓ aos projetos geométricos e detalhes construtivos;
- ✓ à planilha orçamentária e ao cronograma físico-financeiro;
- ✓ Em especial, os serviços, objeto do presente Termo de Referência, deverão ser executados levando-se em conta o estipulado na NR-7 e NR-18, com vistas à saúde, segurança e integridade física do trabalhador. A CONTRATADA deverá fornecer a todos os seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S) e Coletiva (EPC) necessários à sua segurança no trabalho, sem que seja imputado qualquer custo ao empregado ou ao CONTRATANTE;

5.2 Custos da Execução

Todos os custos necessários à execução da obra, incluindo materiais, transporte, fretes, equipamentos, mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, correrão por conta exclusiva da Contratada.

5.3 Controle Tecnológico

É obrigatória a apresentação de laudos de controle tecnológico, realizados por empresa especializada e independente, conforme frequências e ensaios definidos no memorial descritivo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

A apresentação e aprovação dos laudos de controle tecnológico constituem condição indispensável para a medição e o pagamento dos serviços executados.

5.4 Sustentabilidade e Meio Ambiente

A Contratada deverá adotar práticas que minimizem os impactos ambientais decorrentes da execução da obra, garantindo:

- ✓ a destinação adequada dos resíduos gerados;
- ✓ a preservação da vegetação nativa e das áreas ambientalmente protegidas;
- ✓ o controle de processos erosivos e a adequada drenagem das águas pluviais;
- ✓ o atendimento integral à legislação ambiental vigente.

A contratada deverá obedecer integralmente a todas as orientações, diretrizes e medidas previstas no Projeto de Controle Ambiental, integrante da pasta técnica, devendo tais condicionantes ser observadas em todas as fases da execução do objeto.

5.5 Subcontratação

Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, limitada ao percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato.

A subcontratação observará o disposto no art. 67, §9º, da Lei nº 14.133/2021, permanecendo a responsabilidade integral da Contratada perante a Administração pela execução, qualidade, prazos e encargos relativos ao objeto, inclusive quanto aos serviços subcontratados.

A limitação percentual justifica-se pela necessidade de:

- ✓ preservar a unidade técnica e a responsabilidade pela execução da obra;
- ✓ evitar a fragmentação excessiva do objeto, incompatível com o regime de empreitada por preço global;
- ✓ garantir que a empresa vencedora detenha capacidade técnica, operacional e gerencial para a condução da maior parte dos serviços.

A eventual subcontratação deverá ser previamente autorizada pela fiscalização do contrato, mediante comprovação da qualificação técnica da subcontratada para a parcela a ser executada.

5.6 Recebimento, Rejeição e Correção dos Serviços

A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com este Termo de Referência, com o memorial descritivo ou com os projetos aprovados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Caso, após o recebimento provisório, sejam constatados defeitos, falhas, vícios construtivos ou execução incompleta, a Contratada será formalmente notificada para corrigir, refazer ou complementar os serviços, às suas expensas e dentro do prazo fixado pela fiscalização.

5.7 Responsabilidade pela Qualidade da Obra

Independentemente do recebimento provisório ou definitivo, a Contratada responde integralmente pela qualidade técnica da obra, obrigando-se a reparar quaisquer falhas, defeitos ou vícios constatados durante a execução ou no período de garantia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da Contratada:

Executar a obra conforme determinado pela Administração, a partir da Ordem de Serviço;

Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança do trabalho;

Permitir e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução da obra pela Administração;

Comunicar, por escrito e de forma imediata, qualquer fato que possa comprometer o andamento da obra;

Não transferir, sob nenhuma hipótese, a responsabilidade pela execução da obra a terceiros, permanecendo como única e integralmente responsável perante a Administração.

Executar fielmente os serviços, compreendendo, inclusive, o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto, de acordo com as especificações técnicas constantes do Projeto Executivo desenvolvido pela CONTRATANTE, o qual será entregue no início da obra, e demais termos prescritos no Edital de licitação e no presente contrato.

Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;

Responder, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade dos materiais adquiridos, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, sem prejuízo das demais disposições do CDC;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

Obriga-se a CONTRATADA a fornecer a CONTRATANTE, todas as informações relativas à prestação dos serviços.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Providenciar o livro “DIÁRIO DE OBRAS”, para as anotações da fiscalização do CONTRATANTE e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

Propiciar o acesso da fiscalização do CONTRATANTE aos locais onde se realizarão os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais, às suas expensas, não aprovados pela fiscalização da CONTRATANTE, caso os mesmos não atendam às especificações técnicas constantes do Projeto Executivo.

Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.

Fornecer a seus funcionários uniforme e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços em conformidade com as normas de segurança vigentes.

Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da CONTRATANTE, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

Executar a limpeza geral, de forma impecável, ao final da execução dos serviços, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.

Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade e que obedeçam às especificações técnicas, sob pena de impugnação destes pela fiscalização do CONTRATANTE.

Atentar-se ao mapa de riscos presente no ETP em apêndice a este documento.

A CONTRATADA obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE realizar, conforme disposto no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

Assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do Edital de Concorrência Eletrônica nº 001/2026 e seus anexos.

Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Cumprir todas as obrigações e especificações técnicas dispostas na Pasta Técnica.

A CONTRATADA deverá comunicar qualquer alteração à CONTRATANTE, especialmente quando se tratar de alteração de endereço, e-mail e telefone.

Executar os serviços de acordo com as especificações e prazos determinados no Projeto Executivo, como também de acordo com o cronograma físico-financeiro (pasta técnica). Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita as penalidades estabelecida neste edital.

Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação.

Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Executivo (plantas, memorial descritivo, caderno de especificações técnicas e planilhas orçamentárias).

Prestar manutenção da construção, durante o período de garantia, da seguinte forma:

- Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pelo Município.
- Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado por este Município.
- Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita as penalidades estabelecida neste Edital.

Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na aplicação dos materiais industrializados e de emprego especial, pois caberá a licitante vencedora, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e o ônus decorrente de sua má aplicação.

Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização Municipal como inadequados à execução dos serviços.

Concluído o objeto contratado, deverá a licitante vencedora comunicar o fato, por escrito, à Fiscalização municipal, para que se possa proceder à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória.

Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações danificá-los.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não tem nenhum vínculo empregatício com o Município de Sabáudia.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Mesmo os serviços subcontratados pela licitante vencedora serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa contratada para ressarcimento do dano causado.

Promover diligências junto aos órgãos competentes e/ou Concessionárias de Serviços Públicos, para as respectivas aprovações de projetos, quando for o caso. Ressalta-se, ainda, que caberá a CONTRATADA, todo o ônus e/ou providências cabíveis para remanejamento de instalações junto à locação da obra.

A licitante vencedora deverá apresentar ao departamento de Engenharia planilha de Excel em conformidade aos preços vencedores pela mesma.

6.2 São obrigações da Contratante:

Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos;

Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;

Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;

Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação de serviços e/ou entrega de produtos de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 120, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Permitir que os funcionários da licitante vencedora possam ter acesso aos locais de execução dos serviços;

Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, mediante vistoria detalhada realizada pela Comissão de Fiscalização, designada pelo Município, nos termos da Lei nº. 14.133 em seu artigo 140, inciso I.

Fornecer a CONTRATADA um jogo completo, plotado, dos Projetos Executivos e os respectivos arquivos eletrônicos para reprodução pela CONTRATADA, necessários ao cumprimento do objeto em questão.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

7. MATRIZ DE RISCOS

Nos termos do art. 22, §3º, da Lei nº 14.133/2021, os riscos inerentes à execução do objeto contratual serão alocados de forma equilibrada entre as partes, observadas as seguintes diretrizes:

I – Compete à **Contratada** a assunção dos riscos relacionados à execução dos serviços, tais como erros de execução, falhas construtivas, inadequação de materiais, produtividade da mão de obra, custos indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, bem como os riscos ordinários do empreendimento.

II – Compete à **Contratante** a assunção dos riscos decorrentes de fatos imputáveis à Administração, tais como atrasos na liberação de frentes de serviço por ato administrativo, alterações unilaterais do projeto por interesse público, atrasos de pagamento quando não causados pela Contratada, bem como eventos relacionados à liberação de recursos do convênio, nos limites do instrumento celebrado.

III – Os riscos decorrentes de **caso fortuito ou força maior**, devidamente comprovados, serão tratados conforme a legislação vigente, admitindo-se a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando cabível.

A presente matriz de riscos tem caráter **sintético**, compatível com o regime de empreitada por preço global, não afastando a aplicação das demais normas legais e contratuais pertinentes.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de servidores formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como da regulamentação municipal vigente, especialmente aquela que dispõe sobre a gestão e a fiscalização de contratos no âmbito do Poder Executivo municipal.

A gestão e a fiscalização do contrato compreenderão os aspectos técnicos e administrativos da execução da obra, observada a segregação de funções entre o Fiscal Técnico, o Fiscal Administrativo e o Gestor do Contrato, sendo vedada a acumulação entre gestão e fiscalização, salvo nas hipóteses excepcionalmente admitidas e devidamente justificadas, conforme previsto na regulamentação aplicável.

Para os fins deste Termo de Referência, considera-se Fiscal de Contrato o servidor responsável por fiscalizar a execução contratual em seus aspectos técnicos e/ou administrativos, admitida a acumulação de atribuições por um único agente, quando permitido pela regulamentação municipal.

Os fiscais e o gestor do contrato atuarão de forma preventiva, sistemática e contínua, registrando formalmente todas as ocorrências relevantes da execução contratual em histórico próprio do contrato, com vistas a assegurar o fiel cumprimento das cláusulas pactuadas e a adequada instrução dos processos administrativos correlatos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

A fiscalização terá poderes para acompanhar, controlar e verificar a execução da obra, bem como para rejeitar serviços executados em desacordo com os projetos, o memorial descritivo, as especificações técnicas e demais documentos da pasta técnica, exigir correções e suspender medições até a completa regularização das inconformidades constatadas.

8.1 Fiscalização Técnica

Compete ao Fiscal Técnico do Contrato acompanhar e fiscalizar a execução da obra quanto aos seus aspectos técnicos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações técnicas e modo de execução, de acordo com este Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada.

O Fiscal Técnico registrará no histórico do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da obra, indicando as providências necessárias para a correção de falhas, defeitos ou inconformidades observadas.

Identificada qualquer inexatidão, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial da obra, o Fiscal Técnico promoverá a notificação técnica da contratada, fixando prazo para a regularização.

Sempre que a situação demandar decisão ou providência que extrapole sua competência, o Fiscal Técnico deverá informar o Gestor do Contrato em tempo hábil, comunicando imediatamente os fatos que possam comprometer ou inviabilizar o cumprimento dos prazos contratuais.

Fica designado(a) o(a) servidor(a) **Jorge Luís Augusto Almada**, cargo: Engenheiro Civil nº, para exercer a função de Fiscal Técnico do Contrato.

8.2 Fiscalização Administrativa

Compete ao Fiscal Administrativo do Contrato acompanhar e fiscalizar a execução contratual quanto aos seus aspectos administrativos, especialmente no que se refere ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, compatíveis com a natureza da obra.

Verificado o descumprimento de obrigações administrativas, o Fiscal Administrativo atuará tempestivamente na solução da ocorrência, comunicando o fato ao Gestor do Contrato sempre que a providência ultrapassar sua competência.

O Fiscal Administrativo deverá registrar no histórico do contrato as ocorrências administrativas relevantes, inclusive aquelas que possam impactar a regular execução da obra ou o fluxo normal da medição, liquidação e pagamento.

Fica designado(a) o(a) servidor(a) **Luiz Garcia de Lemos**, cargo: Engenheiro Civil, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato.

A atuação da fiscalização administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade integral da Contratada, inclusive perante terceiros, por falhas, irregularidades ou danos decorrentes da execução da obra.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

8.3 Gestor do Contrato

Compete ao Gestor do Contrato coordenar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a regulamentação municipal aplicável e este Termo de Referência.

O Gestor do Contrato acompanhará os registros efetuados pelos fiscais, adotando ou propondo as medidas necessárias quando constatadas situações que extrapolem a competência da fiscalização.

Compete ainda ao Gestor do Contrato acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho e pagamento, bem como registrar ocorrências que possam comprometer o fluxo da liquidação da despesa.

Quando cabível, o Gestor do Contrato adotará providências para a instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

Ao final da execução contratual, o Gestor do Contrato deverá elaborar relatório final, avaliando a execução da obra, o alcance dos objetivos da contratação e indicando eventuais medidas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O Gestor do Contrato encaminhará ao setor de contabilidade a documentação necessária à liquidação e ao pagamento, conforme os valores apurados pela fiscalização.

Fica designado(a) o(a) servidor(a) **Jácomo Erinton Masquete**, cargo: Secretário de Governo, para exercer a função de Gestor do Contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 Da Medição dos Serviços

As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, em conformidade com o cronograma físico-financeiro.

Somente serão objeto de medição os serviços executados em conformidade com os projetos, o memorial descritivo, as especificações técnicas e demais documentos da pasta técnica.

Nenhuma medição será aceita sem a apresentação e aprovação dos laudos de controle tecnológico correspondentes, quando exigidos, os quais constituem condição indispensável para a validação da medição e para a continuidade do processo de liquidação e pagamento.

9.2 Da Liquidação da Despesa

Após a aprovação da medição pela fiscalização, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente, devidamente compatível com os serviços medidos.

Compete ao Gestor do Contrato verificar a regularidade formal da documentação apresentada e a conformidade dos valores com a medição aprovada, iniciando-se o prazo de até 10 (dez) dias úteis



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

para a emissão da Nota de Liquidação pelo setor competente, admitida prorrogação mediante justificativa formal.

A Nota Fiscal deverá ser apresentada acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto a:

- ✓ Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- ✓ Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- ✓ Justiça do Trabalho;
- ✓ demais exigências legais aplicáveis.

Na hipótese de erro formal, pendência documental ou irregularidade fiscal, a contratada será notificada para saneamento, ficando a liquidação suspensa até a completa regularização, sem ônus para a Administração.

9.3 Do Pagamento

O pagamento será efetuado por medições, com base nos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, em estrita conformidade com o cronograma físico-financeiro, após o recebimento provisório da etapa medida, a regular liquidação da despesa e a observância da ordem cronológica de pagamentos, nos termos dos arts. 140, 141 e 142 da Lei nº 14.133/2021.

O pagamento somente será autorizado após:

- I – a aprovação da medição correspondente, devidamente atestada pela fiscalização;
- II – a apresentação e validação dos laudos de controle tecnológico, quando exigidos, relativos aos serviços medidos;
- III – a apresentação da Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente, em conformidade com a legislação vigente;
- IV – a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, nos termos da legislação aplicável.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da regular liquidação da despesa, desde que atendidas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, observadas ainda as regras, condicionantes e o cronograma financeiro previstos no Termo de Convênio nº 808/2025 – SEAB/Estado do Paraná.

Na hipótese de a contratada não comprovar a regularidade exigida ou de existirem pendências técnicas, documentais ou financeiras, o pagamento ficará suspenso, sem que disso resulte direito a reajuste, atualização monetária ou indenização, até a completa regularização da situação.

É expressamente vedado o pagamento antecipado, total ou parcial, sem a correspondente execução dos serviços e sem a formalização do recebimento provisório da etapa medida, ressalvadas apenas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

as hipóteses excepcionais previstas no art. 145 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente.

10. DO RECEBIMENTO DA OBRA

10.1 Do Recebimento Provisório

Concluída a execução da totalidade da obra, será realizado o Recebimento Provisório, pelo Fiscal Técnico do Contrato, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório, após a verificação do cumprimento das exigências técnicas previstas neste Termo de Referência, no contrato e na pasta técnica, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

Constatada divergência, desconformidade, vício, defeito ou incorreção na execução dos serviços, o recebimento provisório será rejeitado, no todo ou em parte, devendo a contratada proceder às correções, refazimentos ou complementações necessárias, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização.

O recebimento provisório não implica aceitação definitiva da obra, constituindo-se em ato formal de verificação inicial da conformidade dos serviços executados.

10.2 Do Prazo de Observação e do Recebimento Definitivo

Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, será observado um prazo de 90 (noventa) dias, destinado à verificação do comportamento da obra em condições normais de uso.

Decorrido esse prazo, e desde que a obra esteja executada em conformidade com o contrato, os projetos, o memorial descritivo e as especificações técnicas, sem a constatação de vícios ou defeitos pendentes, será realizado o Recebimento Definitivo, pelo Gestor do Contrato ou por comissão designada, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

O recebimento definitivo será formalizado após nova verificação da qualidade, da quantidade e da conformidade técnica da execução da obra, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do encerramento do prazo de observação, salvo quando a complexidade da obra ou a necessidade de diligências técnicas devidamente justificadas exigirem prazo superior.

Durante o prazo de observação, a contratada permanecerá obrigada a sanar, às suas expensas, quaisquer vícios, falhas ou inconformidades que venham a ser constatados, desde que relacionados à execução da obra, aos materiais empregados ou às especificações técnicas contratadas.

10.3 Da Responsabilidade da Contratada

O recebimento provisório e o recebimento definitivo não excluem, nem reduzem, nem limitam a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, falhas ou inadequações da obra, inclusive aqueles não identificados ou não visualizados por ocasião da emissão dos respectivos termos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

A contratada permanecerá responsável, nos prazos legais e contratuais aplicáveis, pela solidez, segurança, durabilidade e adequada execução da obra, respondendo por vícios aparentes ou ocultos, nos termos do art. 140, § 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 14.133/2021, bem como das demais normas civis e técnicas pertinentes.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO

Para fins de habilitação no certame, as licitantes deverão comprovar o atendimento **integral** aos requisitos previstos nos arts. **62 a 70 da Lei nº 14.133/2021**, observadas as condições e exigências a seguir.

11.1 Habilitação Jurídica

Comprovação de habilitação jurídica, nos termos do art. **66 da Lei nº 14.133/2021**, conforme a natureza jurídica da licitante, mediante apresentação dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados no órgão competente, bem como dos documentos de eleição ou designação de seus administradores, quando aplicável.

11.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

Comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. **68 da Lei nº 14.133/2021**, mediante apresentação de documentos que comprovem, no mínimo:

- I – inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- II – regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- III – regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- IV – inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – CNDT;

11.3 Qualificação Econômico-Financeira

A licitante deverá comprovar qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação de:

Balanco patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

Que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 683.167,91 (seiscentos e oitenta e três mil, cento e sessenta e sete reais, noventa e um centavos), ou seja, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um), devendo apresentar os índices Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), conforme Declaração de Capacidade Financeira (Anexo VII):

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$$

$$\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}); \text{ e}$$

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$$

O balanço patrimonial poderá ser substituído pelo balanço de abertura, caso a empresa seja criada no exercício financeiro desta licitação.

Demonstrações financeiras do último exercício social (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados), já exigível. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

A exigência de qualificação econômico-financeira no presente processo licitatório fundamenta-se no disposto no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite à Administração Pública exigir dos licitantes documentos e demonstrações que comprovem sua aptidão financeira para assumir e executar, com segurança e regularidade, as obrigações decorrentes do contrato.

Tais exigências visam garantir que a empresa contratada detenha condições mínimas de solvência, liquidez e estabilidade financeira, assegurando a regularidade da execução contratual e mitigando riscos de inadimplemento, paralisação ou abandono do objeto.

11.4 Qualificação Técnica

a) Regularidade Profissional e da Empresa junto ao CREA/CAU

A licitante deverá comprovar:

I - Prova de inscrição ou **registro da empresa** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos;

II - Prova de inscrição ou **registro do Responsável Técnico** da licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região onde a sede da licitante se localiza;

b) Qualificação Técnico-Profissional



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

A licitante deverá comprovar a disponibilidade de profissional(is) legalmente habilitado(s), nos termos do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão):

I – possuir atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras ou serviços de engenharia de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da contratação, comprobatórios da execução mínima de 40% (quarenta por cento) dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica e econômica, admitida a soma de atestados, limitada à apresentação de no máximo 3 (três) atestados por item, conforme os seguintes parâmetros mínimos:

- ✓ Pavimento com bloco intertravado de concreto (sextavado), espessura mínima de 8 cm: 12.551,52 m²;
- ✓ Base de brita graduada para pavimentação: 3.137,88 m³;
- ✓ Imprimação asfáltica impermeabilizante: 12.551,52 m²;
- ✓ Meio-fio de concreto tipo 3, executado com extrusora: 4.183,84 metros lineares.

II – todos os atestados apresentados pelo(s) profissional(is) deverão estar acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, devidamente emitidas e registradas no CREA e/ou CAU competente;

III – manter vínculo formal com a licitante na data da apresentação da proposta, comprovado por:

- ✓ contrato de trabalho (CLT);
- ✓ contrato de prestação de serviços técnicos;
- ✓ contrato social ou alteração contratual, no caso de sócio;
- ✓ outro documento juridicamente idôneo.

O vínculo exigido não implica exclusividade.

c) Qualificação Técnico-Operacional (Empresa)

A licitante deverá comprovar capacidade técnico-operacional, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação de atestados de execução anterior de obras ou serviços de engenharia de complexidade equivalente ou superior.

Será exigida a execução mínima de 40% (quarenta por cento) dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica e econômica, admitida a soma de atestados, limitada à apresentação de no máximo 3 (três) atestados por item, observados os mesmos quantitativos mínimos indicados na alínea “b”.

Todos os atestados de capacidade técnica operacional apresentados pela licitante deverão estar acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) e/ou Certidões de Acervo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Operacional (CAO), emitidas pelo CREA e/ou CAU competente, devidamente registradas e vinculadas à empresa, não sendo admitidos atestados desacompanhados das referidas certidões.

Nos termos do art. 67, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir, para fins de habilitação, a comprovação de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, mediante demonstração de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, limitada às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

O objeto da presente contratação consiste na execução de obras de pavimentação com blocos sextavados, compreendendo serviços de terraplenagem, regularização e compactação de subleito, execução de base, assentamento de blocos intertravados, rejuntamento, compactação mecânica e serviços complementares, os quais demandam conhecimento técnico específico, adequada estrutura operacional, disponibilidade de equipamentos e experiência prévia comprovada tanto da empresa quanto do profissional responsável técnico.

Em razão das características da obra, foram identificados como itens de maior relevância técnica e econômica aqueles que possuem maior impacto na qualidade, durabilidade, estabilidade e desempenho da pavimentação, especialmente os serviços relacionados à execução da base, assentamento dos blocos sextavados e compactação, os quais exigem controle tecnológico, domínio de técnicas construtivas específicas e capacidade operacional compatível com o porte da contratação.

Com fundamento no §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode limitar a comprovação de aptidão às parcelas de maior relevância e valor significativo, bem como exigir quantitativos mínimos, desde que tais exigências sejam necessárias, proporcionais e devidamente justificadas, de modo a garantir a adequada execução do objeto sem restringir indevidamente a competitividade.

Diante disso, estabeleceu-se a exigência de apresentação de atestado(s) de responsabilidade técnica, para fins de qualificação técnico-profissional, e atestado(s) de capacidade técnica da empresa, para fins de qualificação técnico-operacional, comprovando a execução anterior de obras ou serviços de engenharia de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, correspondentes a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica e econômica.

O percentual fixado mostra-se razoável e proporcional ao porte da obra, sendo suficiente para demonstrar experiência anterior compatível, sem impor exigência excessiva, uma vez que:

- a exigência limita-se às parcelas de maior relevância técnica;*
- admite-se a soma de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos;*
- permite-se a apresentação a, no máximo, 3 (três) atestados por item;*
- são observados os mesmos quantitativos mínimos para a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, garantindo coerência entre a capacidade da empresa e a experiência do responsável técnico.*

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

A adoção de tais critérios tem por objetivo reduzir riscos de execução inadequada, paralisação de obra, atraso na entrega, defeitos construtivos e prejuízo ao interesse público, assegurando que a empresa contratada e o profissional responsável possuam experiência comprovada compatível com a complexidade e dimensão do objeto.

Dessa forma, a exigência mostra-se necessária, adequada e proporcional, estando em conformidade com o art. 67, incisos I e II, e §1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como com as orientações dos órgãos de controle, que admitem a fixação de quantitativos mínimos desde que restrita às parcelas de maior relevância técnica e devidamente motivada.

12. DA PROPOSTA

a) Garantia de Manutenção da Proposta

Deverá constar na proposta recibo ou guia de depósito que comprove o recolhimento da garantia de manutenção da proposta, no valor de R\$ 68.316,79 (sessenta e oito mil, trezentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos).

A garantia deverá ser prestada sob uma das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondendo a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato ou da declaração de licitação fracassada, conforme o caso.

b) Carta Proposta

A proposta deverá ser acompanhada de Carta Proposta, obrigatoriamente elaborada conforme o modelo constante no Anexo ____ do edital, devidamente preenchida, datada e assinada pelo representante legal da licitante, contendo todas as informações e declarações exigidas no referido modelo.

A Carta Proposta deverá conter, ainda, declaração expressa da licitante, sob as penas da lei, de que:

- ✓ Os custos unitários apresentados foram elaborados considerando todos os materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto;
- ✓ Os preços ofertados são exequíveis e suficientes para o cumprimento integral das obrigações contratuais.

c) Planilha Orçamentária

A proposta deverá ser acompanhada de planilha orçamentária completa, contendo obrigatoriamente:

Orçamento detalhado, com:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- ✓ Indicação do custo unitário de cada item;
- ✓ Percentual de BDI aplicado ao item;
- ✓ Preço unitário, correspondente ao custo unitário acrescido do BDI;
- ✓ Preço total do item.

Cronograma físico-financeiro, compatível com o orçamento apresentado e limitado ao prazo máximo de 12 (doze) meses de execução.

13. VISTORIA

É facultado à licitante interessada em participar desta licitação, mediante prévio agendamento junto ao Departamento de Engenharia, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

A vistoria deverá ser agendada de segunda, terça ou quarta-feira, no horário das 13h às 17h, com os Engenheiros Municipais, **Jorge Luís Augusto Almada** ou **Luiz Garcia de Lemos**.

Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

Caso o vistoriador não atenda aos requisitos, não será executada a vistoria.

Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pelo Departamento de Engenharia.

Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implicará inabilitação do licitante, nos termos do §2º, artigo 63, da Lei n.º 14.133/2021.

14. ASSINATURA DO CONTRATO:

Garantia de Execução:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

A licitante vencedora prestará garantia ao Contrato em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas e ainda não-pagas pela empresa licitante vencedora.

Caberá a licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-Garantia;
- c) Fiança Bancária;

A Garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

A licitante vencedora obriga-se a providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da homologação do Processo e antes da assinatura do Contrato, a Garantia na forma disposta no item. A não apresentação dos documentos no prazo aqui estabelecido caracteriza infração, sujeitando à empresa vencedora as penalidades previstas no presente instrumento, a critério do Município.

Responsabilidade Técnica

A licitante vencedora deverá apresentar, como condição para a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, abrangendo todos os serviços contratados.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Estado do Paraná, por intermédio da **Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB**, conforme estabelecido no Termo de Convênio nº 808/2025, celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Sabáudia/PR, bem como, se necessário, de contrapartida municipal prevista no orçamento vigente.

A liberação dos recursos e os desembolsos financeiros observarão as condições, o cronograma e todas as regras, cláusulas e exigências estabelecidas no Termo de Convênio nº 808/2025, inclusive aquelas relativas à execução, fiscalização, medições, pagamentos, prestação de contas, contrapartidas, prazos e sanções, as quais deverão ser integralmente obedecidas pela Administração e pela empresa contratada, sem prejuízo da observância das normas da Lei nº 14.133/2021 e da legislação orçamentária aplicável.

16. PENALIDADES

São aplicáveis as sanções previstas no art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes. O Contrato deverá trazer previsões sobre a aplicação de sanções e penalidades.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Sabáudia - PR, 24 de fevereiro de 2026.

Jorge Luís Augusto Almada
Eng. Civil CREA PR-75.695/D
Responsável/Fiscal Técnico

Luiz Garcia de Lemos
Eng. Civil CREA PR- 27.239/D
Fiscal Administrativo

Jácomo Erinton Masquete
Secretário de Governo
Gestor



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 001/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação desta Comissão de Licitação a nossa proposta de preços relativa ao Edital Concorrência Eletrônica em epígrafe cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, MEIO-FIO DE CONCRETO EXTRUSADO, SUB-BASE E BASE DE BRITA GRADUADA, IMPRIMAÇÃO ASFÁLTICA, CAMADA DE ASSENTAMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DAS PEÇAS DE CONCRETO, CONTROLE TECNOLÓGICO E DEMAIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES, NA ESTRADA MUNICIPAL VALDIR RIBEIRO, SITUADA NO PERÍMETRO RURAL DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA/PR, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 808/2025 - SEAB**, conforme segue:

Local do objeto (obra)	Objeto	Valor Total Máximo da Obra (R\$)	Valor Total da Proposta (R\$)
Estrada Municipal Valdir Ribeiro	Pavimentação em blocos de concreto pré-moldados sextavados, compreendendo a execução de serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, meio-fio de concreto extrusado, sub-base e base de brita graduada, imprimação asfáltica, camada de assentamento, assentamento e rejuntamento das peças de concreto, controle tecnológico e demais serviços complementares	R\$ 6.831.679,13	

• Nosso preço global para o fornecimento de material e execução da obra acima mencionada é de R\$ (_____), e será executada inteiramente de acordo com o Projeto Executivo disponibilizado pelo Município de Sabáudia, deixando-se desde já registrado a nossa concordância com os itens referentes ao orçamento, cronograma físico-financeiro, prazos, medições e pagamentos parciais.

• Declaramos que o preço global da proposta compreende todas as despesas relativas à completa execução dos serviços projetados e especificados, incluso o fornecimento de todo o material e mão-de-obra necessária, encargos sociais, equipamentos, ferramentas, assistência técnica, administração, benefícios e licenças inerentes.

• Deverá **OBRIGATORIAMENTE** compor junto à proposta de preços, a planilha orçamentária e cronograma físico financeiro, para fins de acompanhamento de execução e posterior fiscalização, em conformidade aos documentos constantes da pasta técnica, sob pena de desclassificação.

• A validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

• Declaro ainda estar de acordo e ciente com todas as exigências estipuladas em Edital, inclusive os elementos técnicos compostos pelos projetos, especificações e orçamento.

Obs.: Tendo em vista que os pagamentos ocorrerão exclusivamente por meio de transferência eletrônica, solicitados os valiosos préstimos no sentido de informar em sua proposta comercial o número da conta corrente, agência e banco e/ ou PIX.

_____, em _____ de _____

Atenciosamente,

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 001/2026

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .../....
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../....
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº .../....

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SABÁUDIA E A
EMPRESA _____.

O Município de Sabáudia, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.958.974/0001-44, com sede na Praça da Bandeira, nº. 47, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Senhor **EDSON HUGO MANUEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG/CPF/MF sob n.º 035.379.509-77, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Sabáudia-PR, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ _____, com sede na Rua _____ nº ____, Bairro _____, na Cidade de _____, telefone (____) _____, e-mail _____, neste ato representada por seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, profissão, brasileiro (a), estado civil, portador (a) da Cédula de Identidade, R.G. nº _____, inscrito (a) no C.P.F./MF nº _____, residente _____, bairro _____, cidade _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, decorrente do resultado da licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, cujo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, pelas condições do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 001/2026, pelos termos da proposta do (a) CONTRATADO (A) datada de __/__/____ e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, MEIO-FIO DE CONCRETO EXTRUSADO, SUB-BASE E BASE DE BRITA GRADUADA, IMPRIMAÇÃO ASFÁLTICA, CAMADA DE ASSENTAMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DAS PEÇAS DE CONCRETO, CONTROLE TECNOLÓGICO E DEMAIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES, NA ESTRADA MUNICIPAL VALDIR RIBEIRO, SITUADA NO PERÍMETRO RURAL DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA/PR, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 808/2025 - SEAB**, conforme especificações e condições constantes no Edital da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 001/2026, que é parte integrante deste Contrato, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor global deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ _____ (_____).

2.2. **Da Medição dos Serviços**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, em conformidade com o cronograma físico-financeiro.

Somente serão objeto de medição os serviços executados em conformidade com os projetos, o memorial descritivo, as especificações técnicas e demais documentos da pasta técnica.

Nenhuma medição será aceita sem a apresentação e aprovação dos laudos de controle tecnológico correspondentes, quando exigidos, os quais constituem condição indispensável para a validação da medição e para a continuidade do processo de liquidação e pagamento.

2.3. Da Liquidação da Despesa

Após a aprovação da medição pela fiscalização, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente, devidamente compatível com os serviços medidos.

Compete ao Gestor do Contrato verificar a regularidade formal da documentação apresentada e a conformidade dos valores com a medição aprovada, iniciando-se o prazo de até 10 (dez) dias úteis para a emissão da Nota de Liquidação pelo setor competente, admitida prorrogação mediante justificativa formal.

A Nota Fiscal deverá ser apresentada acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto a:

- ✓ Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- ✓ Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- ✓ Justiça do Trabalho;
- ✓ demais exigências legais aplicáveis.

Na hipótese de erro formal, pendência documental ou irregularidade fiscal, a contratada será notificada para saneamento, ficando a liquidação suspensa até a completa regularização, sem ônus para a Administração.

2.4. Do Pagamento

O pagamento será efetuado por medições, com base nos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, em estrita conformidade com o cronograma físico-financeiro, após o recebimento provisório da etapa medida, a regular liquidação da despesa e a observância da ordem cronológica de pagamentos, nos termos dos arts. 140, 141 e 142 da Lei nº 14.133/2021.

O pagamento somente será autorizado após:

- I – a aprovação da medição correspondente, devidamente atestada pela fiscalização;
- II – a apresentação e validação dos laudos de controle tecnológico, quando exigidos, relativos aos serviços medidos;
- III – a apresentação da Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente, em conformidade com a legislação vigente;
- IV – a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, nos termos da legislação aplicável.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da regular liquidação da despesa, desde que atendidas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, observadas ainda as regras, condicionantes e o cronograma financeiro previstos no Termo de Convênio nº 808/2025 – SEAB/Estado do Paraná.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Na hipótese de a contratada não comprovar a regularidade exigida ou de existirem pendências técnicas, documentais ou financeiras, o pagamento ficará suspenso, sem que disso resulte direito a reajuste, atualização monetária ou indenização, até a completa regularização da situação.

É expressamente vedado o pagamento antecipado, total ou parcial, sem a correspondente execução dos serviços e sem a formalização do recebimento provisório da etapa medida, ressalvadas apenas as hipóteses excepcionais previstas no art. 145 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

3.1. Será feita a retenção, na fonte, do Imposto de Renda (IR), sobre pagamento efetuado a pessoa jurídica contratada pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme Decreto Municipal nº 249/2023 e IN RFB N.º 1.234/2012, seus anexos e suas alterações.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Execução dos Serviços

Os serviços, objeto desta contratação, deverão ser executados no local da obra, na Estrada Municipal Valdir Ribeiro, no Município de Sabáudia/PR, conforme os documentos técnicos que integram este Termo de Referência, iniciando-se em até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço pela Administração.

A execução dos serviços deverá ocorrer de acordo com os projetos e especificações que compõem a pasta técnica, observada a sequência técnica prevista no memorial descritivo, sendo vedada qualquer alteração no método construtivo, nos materiais ou nas especificações técnicas, sem prévia e expressa autorização da fiscalização.

A execução da obra deverá obedecer rigorosamente:

- ✓ ao Memorial Descritivo aprovado;
- ✓ às especificações técnicas do DER/PR, do DNIT e às normas da ABNT, em especial a NBR 9781;
- ✓ aos projetos geométricos e detalhes construtivos;
- ✓ à planilha orçamentária e ao cronograma físico-financeiro;
- ✓ Em especial, os serviços, objeto do presente Termo de Referência, deverão ser executados levando-se em conta o estipulado na NR-7 e NR-18, com vistas à saúde, segurança e integridade física do trabalhador. A CONTRATADA deverá fornecer a todos os seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S) e Coletiva (EPC) necessários à sua segurança no trabalho, sem que seja imputado qualquer custo ao empregado ou ao CONTRATANTE;

4.2. Custos da Execução

Todos os custos necessários à execução da obra, incluindo materiais, transporte, fretes, equipamentos, mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, correrão por conta exclusiva da Contratada.

4.3. Controle Tecnológico

É obrigatória a apresentação de laudos de controle tecnológico, realizados por empresa especializada e independente, conforme frequências e ensaios definidos no memorial descritivo.

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

A apresentação e aprovação dos laudos de controle tecnológico constituem condição indispensável para a medição e o pagamento dos serviços executados.

4.4. Sustentabilidade e Meio Ambiente

A Contratada deverá adotar práticas que minimizem os impactos ambientais decorrentes da execução da obra, garantindo:

- ✓ a destinação adequada dos resíduos gerados;
- ✓ a preservação da vegetação nativa e das áreas ambientalmente protegidas;
- ✓ o controle de processos erosivos e a adequada drenagem das águas pluviais;
- ✓ o atendimento integral à legislação ambiental vigente.

A contratada deverá obedecer integralmente a todas as orientações, diretrizes e medidas previstas no Projeto de Controle Ambiental, integrante da pasta técnica, devendo tais condicionantes ser observadas em todas as fases da execução do objeto.

4.5. Subcontratação

Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, limitada ao percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato.

A subcontratação observará o disposto no art. 67, §9º, da Lei nº 14.133/2021, permanecendo a responsabilidade integral da Contratada perante a Administração pela execução, qualidade, prazos e encargos relativos ao objeto, inclusive quanto aos serviços subcontratados.

A limitação percentual justifica-se pela necessidade de:

- ✓ preservar a unidade técnica e a responsabilidade pela execução da obra;
- ✓ evitar a fragmentação excessiva do objeto, incompatível com o regime de empreitada por preço global;
- ✓ garantir que a empresa vencedora detenha capacidade técnica, operacional e gerencial para a condução da maior parte dos serviços.

A eventual subcontratação deverá ser previamente autorizada pela fiscalização do contrato, mediante comprovação da qualificação técnica da subcontratada para a parcela a ser executada.

4.6. Recebimento, Rejeição e Correção dos Serviços

A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com este Termo de Referência, com o memorial descritivo ou com os projetos aprovados.

Caso, após o recebimento provisório, sejam constatados defeitos, falhas, vícios construtivos ou execução incompleta, a Contratada será formalmente notificada para corrigir, refazer ou complementar os serviços, às suas expensas e dentro do prazo fixado pela fiscalização.

4.7. Responsabilidade pela Qualidade da Obra



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Independentemente do recebimento provisório ou definitivo, a Contratada responde integralmente pela qualidade técnica da obra, obrigando-se a reparar quaisquer falhas, defeitos ou vícios constatados durante a execução ou no período de garantia.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS VIGÊNCIAS E DA PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de **vigência contratual** será de **18 (dezoito) meses**, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. O prazo máximo para **execução** da obra será de **12 (doze) meses**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Estado do Paraná, por intermédio da **Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB**, conforme estabelecido no **Termo de Convênio nº 808/2025**, celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Sabáudia/PR, bem como, se necessário, de contrapartida municipal prevista no orçamento vigente, conforme segue.

1.006 – APERFEIÇOAMENTO DAS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

443	–	4.4.90.51.00.00.00.00	–	OBRAS E	00042.01005.03.99.01.01.1.701.0000	SEAB	–
INSTALAÇÕES					Convênio 808/2025 – Pavimentação Estrada Rural		

6.2. A liberação dos recursos e os desembolsos financeiros observarão as condições, o cronograma e todas as regras, cláusulas e exigências estabelecidas no **Termo de Convênio nº 808/2025**, inclusive aquelas relativas à execução, fiscalização, medições, pagamentos, prestação de contas, contrapartidas, prazos e sanções, as quais deverão ser integralmente obedecidas pela Administração e pela empresa contratada, sem prejuízo da observância das normas da Lei nº 14.133/2021 e da legislação orçamentária aplicável.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A contratada deverá apresentar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a vigência do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação.

7.2. Caberá a licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

7.2.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

7.2.2. Seguro-Garantia;

7.2.3. Fiança Bancária;

7.3. A Garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.4. A licitante vencedora obriga-se a providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da homologação do Processo e antes da assinatura do Contrato, a Garantia na forma disposta no item. A não apresentação dos documentos no prazo aqui estabelecido caracteriza infração, sujeitando à empresa vencedora as penalidades previstas no presente instrumento, a critério do Município.

7.5. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços.

7.6. A não apresentação dos documentos no prazo aqui estabelecido caracteriza infração, sujeitando à empresa vencedora as penalidades previstas no presente instrumento, a critério do Município.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

8. CLÁUSULA OITAVA - DA CELEBRAÇÃO DE REAJUSTE

- 8.1. Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano.
- 8.2. O reajustamento dos preços será concedido quando transcorrer o prazo de um ano da data da apresentação da proposta, mediante a aplicação do índice INCC DI/FGV - Índice Nacional de Custo de Construção - Disponibilidade Interna, sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado à fórmula a seguir:
- $SR = S (I12 / I0)$
 $R = SR - S$
I12 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês após proposta.
I0 = índice INCC-DI/FGV do mês da proposta.
S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês da proposta.
SR = saldo reajustado
R = valor do reajuste
- 8.3. A revisão de preços dependerá de requerimento da contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, ou ser instaurada pelo contratante quando desejar recompor o preço que se tornou excessivo, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 8.4. Os pedidos de reajuste, restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro e em caso de repactuação o prazo para resposta por parte da administração será de até 30 (trinta) dias.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos;
- 9.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;
- 9.3. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;
- 9.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 9.5. Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação de serviços e/ou entrega de produtos de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.6. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 120, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.7. Permitir que os funcionários da licitante vencedora possam ter acesso aos locais de execução dos serviços;
- 9.8. Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, mediante vistoria detalhada realizada pela Comissão de Fiscalização, designada pelo Município, nos termos da Lei nº. 14.133 em seu artigo 140, inciso I.
- 9.9. Fornecer a CONTRATADA um jogo completo, plotado, dos Projetos Executivos e os respectivos arquivos eletrônicos para reprodução pela CONTRATADA, necessários ao cumprimento do objeto em questão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar a obra conforme determinado pela Administração, a partir da Ordem de Serviço;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 10.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 10.3. Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança do trabalho;
- 10.4. Permitir e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução da obra pela Administração;
- 10.5. Comunicar, por escrito e de forma imediata, qualquer fato que possa comprometer o andamento da obra;
- 10.6. Não transferir, sob nenhuma hipótese, a responsabilidade pela execução da obra a terceiros, permanecendo como única e integralmente responsável perante a Administração.
- 10.7. Executar fielmente os serviços, compreendendo, inclusive, o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto, de acordo com as especificações técnicas constantes do Projeto Executivo desenvolvido pela CONTRATANTE, o qual será entregue no início da obra, e demais termos prescritos no Edital de licitação e no presente contrato.
- 10.8. Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;
- 10.9. Responder, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade dos materiais adquiridos, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, sem prejuízo das demais disposições do CDC;
- 10.10. Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;
- 10.11. Obriga-se a CONTRATADA a fornecer a CONTRATANTE, todas as informações relativas à prestação dos serviços.
- 10.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 10.13. Providenciar o livro “DIÁRIO DE OBRAS”, para as anotações da fiscalização do CONTRATANTE e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.
- 10.14. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.
- 10.15. Propiciar o acesso da fiscalização do CONTRATANTE aos locais onde se realizarão os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.
- 10.16. Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais, às suas expensas, não aprovados pela fiscalização da CONTRATANTE, caso os mesmos não atendam às especificações técnicas constantes do Projeto Executivo.
- 10.17. Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.
- 10.18. Fornecer a seus funcionários uniforme e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços em conformidade com as normas de segurança vigentes.
- 10.19. Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da CONTRATANTE, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.
- 10.20. Executar a limpeza geral, de forma impecável, ao final da execução dos serviços, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.
- 10.21. Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade e que obedeçam às especificações técnicas, sob pena de impugnação destes pela fiscalização do CONTRATANTE.
- 10.22. Atentar-se ao mapa de riscos presente no ETP em apêndice a este documento.
- 10.23. A CONTRATADA obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE realizar, conforme disposto no artigo 125 da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 10.24. Assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do Edital de Concorrência Eletrônica nº 001/2026 e seus anexos.
- 10.25. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;
- 10.26. Cumprir todas as obrigações e especificações técnicas dispostas na Pasta Técnica.
- 10.27. A CONTRATADA deverá comunicar qualquer alteração à CONTRATANTE, especialmente quando se tratar de alteração de endereço, e-mail e telefone.
- 10.28. Executar os serviços de acordo com as especificações e prazos determinados no Projeto Executivo, como também de acordo com o cronograma físico-financeiro (pasta técnica). Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita as penalidades estabelecida neste edital.
- 10.29. Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação.
- 10.30. Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Executivo (plantas, memorial descritivo, caderno de especificações técnicas e planilhas orçamentárias).
- 10.31. Prestar manutenção da construção, durante o período de garantia, da seguinte forma:
- 10.31.1. Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pelo Município.
 - 10.31.2. Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado por este Município.
 - 10.31.3. Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita as penalidades estabelecida neste Edital.
- 10.32. Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.
- 10.33. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na aplicação dos materiais industrializados e de emprego especial, pois caberá a licitante vencedora, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e o ônus decorrente de sua má aplicação.
- 10.34. Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização Municipal como inadequados à execução dos serviços.
- 10.35. Concluído o objeto contratado, deverá a licitante vencedora comunicar o fato, por escrito, à Fiscalização municipal, para que se possa proceder à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória.
- 10.36. Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações danificá-los.
- 10.37. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não tem nenhum vínculo empregatício com o Município de Sabáudia.
- 10.38. Mesmo os serviços subcontratados pela licitante vencedora serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa contratada para ressarcimento do dano causado.
- 10.39. Promover diligências junto aos órgãos competentes e/ou Concessionárias de Serviços Públicos, para as respectivas aprovações de projetos, quando for o caso. Ressalta-se, ainda, que caberá a CONTRATADA, todo o ônus e/ou providências cabíveis para remanejamento de instalações junto à locação da obra.
- 10.40. A licitante vencedora deverá apresentar ao departamento de Engenharia planilha de Excel em conformidade aos preços vencedores pela mesma.
- 10.41. Cumprir integralmente o Plano de Trabalho e quaisquer disposições em concordância com o Termo de Convênio nº 808/2025 junto a SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES REFERENTES À PROTEÇÃO DE DADOS

11.1. A Contratada se obriga ainda a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

11.1.1. Guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato (ou convênio/parceria);

11.1.2. Tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação (convênio/parceria/credenciamento), de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

11.1.3. Garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

11.1.4. Não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

11.1.5. Fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

11.1.6. Adotar todas as medidas previstas em Lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

11.1.7. Em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Contratante, no prazo de até 48 horas:

11.1.7.1. A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

11.1.7.2. As informações sobre os titulares envolvidos;

11.1.7.3. A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

11.1.7.4. Os riscos relacionados ao incidente;

11.1.7.5. Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;

11.1.7.6. As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

11.1.8. Demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

11.1.9. Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

11.1.10. Armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

11.1.11. Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo Município ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

11.1.12. Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo Município, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual;

11.1.13. Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato (convênio/parceria/credenciamento).

11.1.14. A Contratada ficará obrigada a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este Contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao Município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e a CONTRATADA deverá:

- 12.1.1. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.
- 12.1.2. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- 12.1.3. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- 12.1.4. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água.
- 12.1.5. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
- 12.1.6. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
- 12.1.7. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- 12.1.8. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
- 12.1.9. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.
- 12.1.10. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
- 12.1.11. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
- 12.1.12. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- 12.1.13. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- 12.1.14. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- 12.1.15. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 12.1.16. Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 12.1.17. Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de servidores formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como da regulamentação municipal vigente, especialmente aquela que dispõe sobre a gestão e a fiscalização de contratos no âmbito do Poder Executivo municipal.

13.2. A gestão e a fiscalização do contrato compreenderão os aspectos técnicos e administrativos da execução da obra, observada a segregação de funções entre o Fiscal Técnico, o Fiscal Administrativo e o



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Gestor do Contrato, sendo vedada a acumulação entre gestão e fiscalização, salvo nas hipóteses excepcionalmente admitidas e devidamente justificadas, conforme previsto na regulamentação aplicável.

13.3. Para os fins deste Termo de Referência, considera-se Fiscal de Contrato o servidor responsável por fiscalizar a execução contratual em seus aspectos técnicos e/ou administrativos, admitida a acumulação de atribuições por um único agente, quando permitido pela regulamentação municipal.

13.4. Os fiscais e o gestor do contrato atuarão de forma preventiva, sistemática e contínua, registrando formalmente todas as ocorrências relevantes da execução contratual em histórico próprio do contrato, com vistas a assegurar o fiel cumprimento das cláusulas pactuadas e a adequada instrução dos processos administrativos correlatos.

13.5. A fiscalização terá poderes para acompanhar, controlar e verificar a execução da obra, bem como para rejeitar serviços executados em desacordo com os projetos, o memorial descritivo, as especificações técnicas e demais documentos da pasta técnica, exigir correções e suspender medições até a completa regularização das inconformidades constatadas.

13.6. **Fiscalização Técnica**

13.7. Compete ao Fiscal Técnico do Contrato acompanhar e fiscalizar a execução da obra quanto aos seus aspectos técnicos, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, conformidade, prazos, especificações técnicas e modo de execução, de acordo com este Termo de Referência, o contrato, seus anexos e a proposta da contratada.

13.8. O Fiscal Técnico registrará no histórico do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da obra, indicando as providências necessárias para a correção de falhas, defeitos ou inconformidades observadas.

13.9. Identificada qualquer inexecução, irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial da obra, o Fiscal Técnico promoverá a notificação técnica da contratada, fixando prazo para a regularização.

13.10. Sempre que a situação demandar decisão ou providência que extrapole sua competência, o Fiscal Técnico deverá informar o Gestor do Contrato em tempo hábil, comunicando imediatamente os fatos que possam comprometer ou inviabilizar o cumprimento dos prazos contratuais.

13.11. Fica designado(a) o(a) servidor(a) **Jorge Luís Augusto Almada**, cargo: Engenheiro Civil nº, para exercer a função de Fiscal Técnico do Contrato.

13.12. **Fiscalização Administrativa**

13.13. Compete ao Fiscal Administrativo do Contrato acompanhar e fiscalizar a execução contratual quanto aos seus aspectos administrativos, especialmente no que se refere ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e contratuais, compatíveis com a natureza da obra.

13.14. Verificado o descumprimento de obrigações administrativas, o Fiscal Administrativo atuará tempestivamente na solução da ocorrência, comunicando o fato ao Gestor do Contrato sempre que a providência ultrapassar sua competência.

13.15. O Fiscal Administrativo deverá registrar no histórico do contrato as ocorrências administrativas relevantes, inclusive aquelas que possam impactar a regular execução da obra ou o fluxo normal da medição, liquidação e pagamento.

13.16. Fica designado(a) o(a) servidor(a) **Luiz Garcia de Lemos**, cargo: Engenheiro Civil, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato.

13.17. A atuação da fiscalização administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade integral da Contratada, inclusive perante terceiros, por falhas, irregularidades ou danos decorrentes da execução da obra.

13.18. **Gestor do Contrato**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

13.19. Compete ao Gestor do Contrato coordenar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a regulamentação municipal aplicável e este Termo de Referência.

13.20. O Gestor do Contrato acompanhará os registros efetuados pelos fiscais, adotando ou propondo as medidas necessárias quando constatadas situações que extrapolem a competência da fiscalização.

13.21. Compete ainda ao Gestor do Contrato acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho e pagamento, bem como registrar ocorrências que possam comprometer o fluxo da liquidação da despesa.

13.22. Quando cabível, o Gestor do Contrato adotará providências para a instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

13.23. Ao final da execução contratual, o Gestor do Contrato deverá elaborar relatório final, avaliando a execução da obra, o alcance dos objetivos da contratação e indicando eventuais medidas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.24. O Gestor do Contrato encaminhará ao setor de contabilidade a documentação necessária à liquidação e ao pagamento, conforme os valores apurados pela fiscalização.

13.25. Fica designado(a) o(a) servidor(a) **Jácomo Erinton Masquete**, cargo: Secretário de Governo, para exercer a função de Gestor do Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 162/2025 o contratado que:

- 14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 14.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013.

14.2. Considera-se a conduta do item "14.1.2" como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

14.3. Considera-se a conduta do item "14.1.4" como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

14.4. Considera-se a conduta do item "14.1.6" como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro Agentes Públicos Municipais, com exceção da conduta disposta no item "14.1.5".

14.5. Considera-se a conduta do item "14.1.7" como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

14.6. As infrações administrativas somente são punidas quando consumadas.

14.7. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções administrativas:

- 14.7.1. advertência;
- 14.7.2. multa;
- 14.7.3. impedimento de licitar e contratar;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 14.7.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.8. As sanções previstas no item “14.7” serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 162/2025 quando a contratada:
- 14.8.1. der causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 14.8.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 36 (trinta e seis) meses;
 - 14.8.3. der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 24 (vinte e quatro) meses;
 - 14.8.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 120 (cento e vinte) dias.
- 14.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens “14.1.5”, “14.1.6”, “14.1.7” e “14.1.8”, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens “14.1.2”, “14.1.3” e “14.1.4” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que as sanções previstas nos itens “14.8.2”, “14.8.3” e “14.8.4”, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta de todos os Entes Federativos, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses e máximo de 72 (setenta e dois) meses.
- 14.10. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.
- 14.11. No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, a que se refere o inciso XII do Art. 3º, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei.
- 14.12. A aplicação das sanções previstas na alínea “14.7” não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município.
- 14.13. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa.
- 14.14. A multa imposta ao contratado ou licitante, se não disposta de forma diferente no contrato, poderá ser:
- 14.14.1. de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada no seguinte percentual:
 - 14.14.1.1. 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.
 - 14.14.2. de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
 - 14.14.2.1. até 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;
 - 14.14.2.2. até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.
- 14.15. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.
- 14.16. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração Pública a promover a extinção do contrato, se for o caso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

14.17. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 162/2025.

14.18. Na aplicação das sanções, deverão ser observadas as seguintes circunstâncias:

- 14.18.1. proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- 14.18.2. danos resultantes da infração;
- 14.18.3. situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- 14.18.4. reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior;
- 14.18.5. circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

14.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Decreto e na Lei Federal n.º 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado (art. 39, Decreto Municipal nº 162/2025).

14.20. As penalidades impostas, como a de impedimento de licitar e contratar com o Município e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar, devem, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, serem comunicadas/registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Município. (Parágrafo único do artigo nº 44 do Decreto Municipal nº 162/2025).

14.21. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 40 do Decreto Municipal nº 162/2025.

14.22. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022 e do art. 13 do Decreto Municipal nº 162/2025.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

Do Recebimento Provisório

15.1. Concluída a execução da totalidade da obra, será realizado o Recebimento Provisório, pelo Fiscal Técnico do Contrato, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório, após a verificação do cumprimento das exigências técnicas previstas neste Termo de Referência, no contrato e na pasta técnica, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Constatada divergência, desconformidade, vício, defeito ou incorreção na execução dos serviços, o recebimento provisório será rejeitado, no todo ou em parte, devendo a contratada proceder às correções, refazimentos ou complementações necessárias, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização.

15.3. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva da obra, constituindo-se em ato formal de verificação inicial da conformidade dos serviços executados.

Do Prazo de Observação e do Recebimento Definitivo

15.4. Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, será observado um prazo de 90 (noventa) dias, destinado à verificação do comportamento da obra em condições normais de uso.

15.5. Decorrido esse prazo, e desde que a obra esteja executada em conformidade com o contrato, os



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

projetos, o memorial descritivo e as especificações técnicas, sem a constatação de vícios ou defeitos pendentes, será realizado o Recebimento Definitivo, pelo Gestor do Contrato ou por comissão designada, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

15.6. O recebimento definitivo será formalizado após nova verificação da qualidade, da quantidade e da conformidade técnica da execução da obra, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do encerramento do prazo de observação, salvo quando a complexidade da obra ou a necessidade de diligências técnicas devidamente justificadas exigirem prazo superior.

15.7. Durante o prazo de observação, a contratada permanecerá obrigada a sanar, às suas expensas, quaisquer vícios, falhas ou inconformidades que venham a ser constatados, desde que relacionados à execução da obra, aos materiais empregados ou às especificações técnicas contratadas.

Da Responsabilidade da Contratada

15.8. O recebimento provisório e o recebimento definitivo não excluem, nem reduzem, nem limitam a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, falhas ou inadequações da obra, inclusive aqueles não identificados ou não visualizados por ocasião da emissão dos respectivos termos.

15.9. A contratada permanecerá responsável, nos prazos legais e contratuais aplicáveis, pela solidez, segurança, durabilidade e adequada execução da obra, respondendo por vícios aparentes ou ocultos, nos termos do art. 140, § 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 14.133/2021, bem como das demais normas civis e técnicas pertinentes.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – MATRIZ DE RISCOS

Nos termos do art. 22, §3º, da Lei nº 14.133/2021, os riscos inerentes à execução do objeto contratual serão alocados de forma equilibrada entre as partes, observadas as seguintes diretrizes:

17.1. Compete à **Contratada** a assunção dos riscos relacionados à execução dos serviços, tais como erros de execução, falhas construtivas, inadequação de materiais, produtividade da mão de obra, custos indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, bem como os riscos ordinários do empreendimento.

17.2. Compete à **Contratante** a assunção dos riscos decorrentes de fatos imputáveis à Administração, tais como atrasos na liberação de frentes de serviço por ato administrativo, alterações unilaterais do projeto por interesse público, atrasos de pagamento quando não causados pela Contratada, bem como eventos relacionados à liberação de recursos do convênio, nos limites do instrumento celebrado.

17.3. Os riscos decorrentes de **caso fortuito ou força maior**, devidamente comprovados, serão tratados conforme a legislação vigente, admitindo-se a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando cabível.

17.4. A presente matriz de riscos tem caráter **sintético**, compatível com o regime de empreitada por preço global, não afastando a aplicação das demais normas legais e contratuais pertinentes.

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO

18.1. O presente contrato poderá ser extinto pelos motivos previstos nos art. 137, 138 e 139, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

18.2. A extinção acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

18.3. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente Contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. A legislação aplicável a este Contrato é a constante da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelos Decretos Municipais nºs 80, 81, 82 e 83, todos de 2023 e suas alterações e demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as Cláusulas deste instrumento e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

19.2. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19.3. Integra este contrato, o Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 001/2026 e seus Anexos, Proposta de Preços, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam.

19.4. Após a assinatura deste contrato, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente protocolada.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

20.1. Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

21.2. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Sabáudia, ____ de _____ de 20__.

EDSON HUGO MANUEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:

Assinatura e CPF

Assinatura e CPF



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 001/2026

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

LOGOTIPO DA EMPRESA.....

Ao(À) Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Sabáudia, Estado do Paraná
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n° 001/2026

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, declaramos para os devidos fins que:

1) em nosso quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente ou com agente público da Prefeitura Municipal de Sabáudia que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2) não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas;

3) na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato;

4) em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:
Telefone: ()

5) caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos;

6) assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias; comprometemo-nos a manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7) somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e em conformidade com o Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto 10.086, de 2022, sem prejuízo das implicações de ordem criminal previstas em Lei.

8) no que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a obra será realizada de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, e com a legislação pertinente do município onde a mesma será construída.

9) o pessoal técnico qualificado, participará(ão), permanentemente, a serviço da licitante da obra objeto desta licitação, assumindo o compromisso de participação do pessoal técnico qualificado, bem como indicar o(s) responsável(is) técnico(s) que atuará(ão) na execução da obra, a saber:

Nome	Especialidade	Nº CREA/CAU

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(local e data) _____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura e carimbo
(representante legal)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°. 001/2026

ANEXO V

TERMO DE VISTORIA

Declaramos que o(a) representante técnico da empresa (*inserir o nome da proponente*) Sr. (a) (*inserir o nome do representante*), devidamente habilitado junto ao CREA/CAU nº _____, visitou o local da execução da obra, objeto da Concorrência em epígrafe.

Sabáudia, _____ de _____ de 2026.

(Engenheiro do Município)
Engenheiro Civil
CREA-PR N°

(Nome, nº CREA/CAU
e assinatura do Responsável Técnico).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2026

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, MEIO-FIO DE CONCRETO EXTRUSADO, SUB-BASE E BASE DE BRITA GRADUADA, IMPRIMAÇÃO ASFÁLTICA, CAMADA DE ASSENTAMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DAS PEÇAS DE CONCRETO, CONTROLE TECNOLÓGICO E DEMAIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES, NA ESTRADA MUNICIPAL VALDIR RIBEIRO, SITUADA NO PERÍMETRO RURAL DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA/PR, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO N.º 808/2025 - SEAB**

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

E-mail:

O representante técnico da empresa (*inserir o nome da proponente*) Sr. (a) (*inserir o nome do representante*), devidamente habilitado junto ao CREA/CAU nº _____, DECLARA que renuncia à Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeiras para com a Contratante.

Local, _____ de _____ de 2026.

(Nome, nº CREA/CAU e assinatura do Responsável Técnico).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°. 001/2026

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

DECLARAMOS que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente.
DECLARAMOS que esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.
DECLARAMOS, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

TIPO DE ÍNDICE	VALOR EM REAIS	ÍNDICE
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		

AC - ativo circulante

AP - ativo permanente

PC - passivo circulante

RLP - realizável a longo prazo

ELP - exigível a longo prazo

Obs: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Local, _____ de _____ de 2026.

Representante Legal
(nome, RG e assinatura)

Contador
(nome, nº CRC e assinatura)

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”